

**“PARA ENCHER OS OLHOS”:  
ANÁLISE CULTURAL DA VISIBILIDADE DE UMA RAINHA DO CARNAVAL DO  
CLUBE SOCIAL NEGRO TREZE DE MAIO NO JORNAL A RAZÃO<sup>1</sup>**

Giane Vargas Escobar<sup>2</sup>  
Ana Luiza Coiro Moraes<sup>3</sup>

**RESUMO**

O artigo analisa a entrevista concedida pela Rainha do Carnaval do Clube Social Negro Treze de Maio e 1ª Princesa do Carnaval de Santa Maria em 1970, Alcione Flores do Amaral, bem como os dados da pesquisa documental (Moreira, 2008) aos acervos do jornal A Razão, em especial de sua coluna social, e do Museu Comunitário Treze de Maio, nessas fontes buscando os regimes de tradição seletiva perpetrados pelo clube, pela imprensa e pela sociedade santa-mariense de então. Por meio de uma pesquisa que se caracteriza metodologicamente como análise cultural, objetivou-se verificar os níveis de cultura vivida, cultura registrada e cultura da tradição seletiva apontados por um dos fundadores dos Estudos Culturais, Raymond Williams (2003). Percebe-se que no período estudado, tanto no momento em que essa cultura estava sendo efetivamente vivida como quando a cultura se documentava na coluna social do jornal, sedimentaram-se tradições seletivas fundadas na segregação racial e na desigualdade de gênero.

**Palavras-chave:** Análise Cultural. Clube Social Negro. Rainhas negras. Coluna Social.

**1. Introdução: um clube, sua rainha e a cultura da segregação e das desigualdades de gênero**

O artigo tem como tema o regime de segregação racial constatado pela mera presença de um clube social negro na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, problematizando, todavia, a presença do que Raymond Williams (2003) chama de cultura da tradição seletiva também no espaço de divulgação de eventos sociais em que se configura a coluna social do jornal A Razão.

Trata-se da discussão de resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento<sup>4</sup>, que aborda as atividades do Clube Treze de Maio entre os anos 1960-1980, com foco nas

---

<sup>1</sup>Trabalho inscrito para o GT Comunicação e Cultura, do VII Encontro de Pesquisa em Comunicação – ENPECOM.

<sup>2</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista CAPES. giane2.vargasescobar@gmail.com.

<sup>3</sup>Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

narrativas e histórias de vida de rainhas e princesas dos certames de beleza que promovia como parte de seu projeto de visibilidade negra na sociedade local, em meio a uma sociedade racista, segregacionista e machista. Para tanto, a pesquisa tem como fonte documental o jornal *A Razão*, onde busca investigar como a sua coluna social (in)visibilizou as rainhas e princesas do Clube Treze de Maio.

Neste artigo, analisamos a entrevista concedida pela Rainha do Carnaval do Clube Treze de Maio e 1ª Princesa do Carnaval de Santa Maria em 1970, Alcione. Além disso, cotejamos dados obtidos na pesquisa documental (Moreira, 2008) aos acervos de duas fontes secundárias: o jornal *A Razão* e o Museu Comunitário Treze de Maio<sup>5</sup>. Buscamos verificar os regimes de tradição seletiva perpetrados no momento em que essas duas eleições se davam, isto é, quando esta era uma cultura efetivamente vivida, centradas na cobertura do jornal aos eventos, ou seja, no registro documental daquele espaço-tempo cultural, com ênfase na situação da mulher negra na sociedade santa-mariense a partir de uma perspectiva de gênero. E isso significa, segundo a fundadora e coordenadora-executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra de São Paulo Sueli Carneiro, buscar:

[...] uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”<sup>6</sup>. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2011, p. 1).

Dessa forma, com a brevidade do espaço deste artigo, articulamos classe social, gênero e racismo para empreender uma análise cultural cujas bases se ligam às reflexões alinhadas com os Estudos Culturais, sobretudo o estudo de Raymond Williams (2003) sobre as tradições seletivas.

---

<sup>4</sup> Tese de doutorado “*Para Encher os Olhos*”: identidades e representações culturais das Rainhas e Princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal *A Razão* (1960-1980), em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM.

<sup>5</sup> O Museu Comunitário Treze de Maio foi fundado em 20 de novembro de 2003, originando-se de um projeto que transformou o clube social negro em museu comunitário, a partir do conceito da Nova Museologia que entende “o museu como instrumento de desenvolvimento”, um museu evolutivo, consistindo em um processo de longo prazo, sobre um território, para uma população, com patrimônio ancorado na cultura viva desta, utilizando a linguagem do objeto (VARINE, 2012, p. 201). O Museu foi idealizado pelos então alunos do Curso de Especialização em Museologia, do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), no período de 2001 a 2002: Giane Vargas Escobar, João Heitor Silva Macedo, Antonia Marisa P. César e Jussara Lopes, em consonância com as demandas e expectativas do movimento negro local.

<sup>6</sup> Carneiro se refere a Linda Alcoff e Elizabeth Potter, autoras de *Feminist Epistemologies* (Thinking Gender), publicado em 1993, por Taylor & Francis.

## 2. Análise cultural: a cultura vivida, a cultura registrada e a cultura da tradição seletiva

A análise cultural pode ser situada no que Marconi e Lakatos (2003, p.221) chamam de métodos de procedimentos, que “pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno”; ou, como sinaliza Gil (2008), como um dos métodos que indicam os meios técnicos da investigação. A finalidade de tais métodos, de acordo com este autor, é “fornecer a orientação necessária à realização da pesquisa social, sobretudo no referente à obtenção, processamento e validação dos dados pertinentes à problemática que está sendo investigada” (GIL, 2008, p. 15).

Dessa forma, sintetizando a noção de métodos de procedimentos de Lakatos e Marconi (2003) e a de métodos que indicam os meios técnicos da investigação, em Gil (2008), é possível considerar a análise cultural inserida em ambas as classificações, que remetem a ações concretas no contexto da pesquisa. (COIRO-MORAES, 2015, p.4).

Essa ideia de concretude, aliás, já se encontra em Raymond Williams (2003, p. 56), quando ele define a teoria da cultura como “o estudo das relações entre os elementos de todo um modo de vida”, apontando que:

A análise da cultura tem o intento de descobrir a natureza da organização que constitui o complexo dessas relações. A análise de obras ou instituições específicas é, neste contexto, a análise de seu tipo essencial de organização, as relações que umas ou outras encarnam como partes da organização em seu conjunto. Nela, a palavra chave é “padrão”: qualquer análise cultural útil se inicia com o descobrimento de um tipo característico de padrões, e a análise cultural geral se ocupa das relações entre eles, que às vezes revelam identidades e correspondências inesperadas entre atividades até então consideradas em separado, e em outras ocasiões mostram descontinuidades imprevistas.

Os padrões que marcam as práticas sociais num específico momento e numa particular formação social e as maneiras como são vividos, experimentados e, por vezes, reinventados pelos sujeitos, de maneira a se tornarem “novas práticas sociais”, constituem seus modos de organização, ou seja, “padrões culturais”, de onde as regularidades e as rupturas podem ser rastreadas no processo analítico, tendo em conta, para tanto, os meios de registro dessas conjunturas espaço-temporais e, por vezes a eles contrapondo-se, o que efetivamente é vivido pelos sujeitos.

Neste sentido, elegemos a noção de análise cultural preconizada por Williams, sobretudo no segundo capítulo de *The long revolution* (2003), em que ele distingue três níveis de cultura: 1) a cultura vivida em um determinado tempo e lugar, que apenas se encontra totalmente acessível para aqueles que vivem ou viveram nesse espaço-tempo; 2) a cultura

registrada, desde a arte até os fatos mais cotidianos, isto é, a cultura documentada de um período; e 3) a cultura da tradição seletiva, fator vinculante entre a cultura vivida e os registros da cultura em distintos períodos.

Williams (2003) observa que quando a cultura de um período já não é presente, ou seja, não é mais uma cultura vivida, o passado sobrevive, ainda que de maneira mais restrita, nos documentos deixados por essa e/ou acerca dessa cultura. E, através da cultura registrada, é possível obter uma ideia razoavelmente clara sobre o acervo cultural, os padrões gerais de atividade e os valores de tal período. Contudo, permeando a sobrevivência da cultura de determinado período há seleções (do que constitui acervo, de quais são efetivamente os padrões e valores culturais), que se dão no momento mesmo em que essa cultura é vivida, mas, também, nos próximos períodos, formando, de modo gradual, em continuidades e rupturas que acontecem em cada época subsequente, uma tradição.

É muito importante tratar de entender o funcionamento de uma tradição seletiva. Até certo ponto, a seleção começa dentro do mesmo período; de toda massa de atividades se selecionam certas coisas, se lhes dá valor e ênfase. Em geral esta seleção refletirá a organização do período em seu conjunto, ainda que isto não signifique que mais adiante os valores e ênfases se confirmem (WILLIAMS, 2003, p. 59).

Um exemplo disso pode ser apontado na consulta a dados documentais em acervos de jornais, pois se à cultura vivida correspondem os acontecimentos que estavam em curso em determinado tempo e lugar; o agendamento do que e de quem é notícia, no momento do registro desses fatos, isto é, quando eles adquirem o estatuto de acontecimentos jornalísticos, já se constituiu em uma primeira seleção; e, finalmente, quando acontece a busca pelos registros dessas fontes, é muito provável ela seja orientada pelos propósitos atuais da pesquisa que originou a consulta, o que institui a tradição seletiva. “Teoricamente, um período se documenta; na prática, essa documentação é absorvida por uma tradição seletiva, e ambos são diferentes da cultura vivida” (WILLIAMS, 2003, p. 59).

Williams (2003, p. 60) assinala ainda que “no interior de uma dada sociedade, a seleção será regida por muitos interesses especiais, incluídos os de classe”. Neste artigo, acrescentamos questões raciais dentre os interesses especiais que determinaram a formação e consolidação da tradição seletiva perceptível na cultura tradicional da sociedade santamariense dos anos 1970, que corresponde em grande medida ao sistema de interesses e valores então vigentes, tanto no sentido das distinções entre classes sociais quanto da segregação racial. Isso porque, “a tradição cultural não é somente uma seleção, mas também uma interpretação” (WILLIAMS, 2003, p. 61), e nesse sentido, pensamos a coluna social do

jornal *A Razão* não apenas na sua função de veicular os eventos sociais dos clubes da cidade de Santa Maria, mas como um lugar de contínua seleção e interpretação das tradições dessa cultura.

### **3. A coluna social do jornal *A Razão* como objeto de uma análise cultural**

Fontes de estudo e reflexão desta pesquisa, *A Razão* é o jornal mais antigo da cidade de Santa Maria, fundado em 9 de outubro de 1934. Trata-se de um dos mais tradicionais veículos de comunicação do interior do Rio Grande do Sul, um jornal de inegável relevância sociocultural na comunidade santa-mariense da década de 1970, período que é foco desta análise.

Nessa época, o jornal *A Razão* contava com tiragem diária, exceto às segundas-feiras, sendo possível nele identificar um panorama do funcionamento e da estrutura vigente na sociedade daquele período, especialmente na seção escolhida para análise neste artigo: a coluna social.

Gênero jornalístico informativo, mas contendo também opinião (MELO, 1994), a coluna social trazida para os jornais brasileiros foi inspirada nas *gossip columns* americanas, cujos temas eram ligados às famílias da alta sociedade, “constituindo-se em relatos de festas, informações fúteis, curiosidades políticas, fofocas sobre milionários, artistas e celebridades” (COIRO-MORAES e FERREIRA, 2011, p. 109-110). Para Muniz Sodré (2003, p. 1), a coluna social ajudou a construir uma “mitologia pequeno-burguesa”, constituindo-se na “celebração de sinais exteriores de consumo conspícuo”, sinalizando aqueles que tinham poder e oferecendo-lhes visibilidade.

A coluna social do jornal *A Razão*, que inicialmente intitulava-se “Pela Sociedade”, logo depois alterou o seu título para “Coluna”. Pela Sociedade é apresentada supostamente por um homem, não tem assinatura e nesse espaço o jornal coloca-se como “a voz da sociedade, de todos, para todos e para o bem comum”. A Coluna, como o espaço passou a ser chamado a partir de 11 de janeiro de 1966, é um lugar onde as mulheres são “notadas e anotadas” pelo olhar masculino. Sua localização é sempre no canto superior esquerdo do jornal e tem em média entre 5 e 16 breves apontamentos diários, quase sempre na página 3 ou 8. Observamos que o colunista destaca nos textos e imagens as mulheres brancas e com poder aquisitivo da cidade, em sua maioria jovens, sendo que em algumas imagens aparecem mulheres reconhecidas nacionalmente, como a atriz e cantora Norma Bengell, a Miss Brasil

"Iedinha" Vargas, as quais são sempre um "modelo" a ser seguido pelas demais no que se refere ao padrão estético: branca, magra, elegante e bem vestida.

Uma das expressões utilizadas com frequência na coluna social do jornal A Razão, no ano de 1966, ao referir-se às mulheres da sociedade santa-mariense, principalmente nas semanas que antecediam o grande evento social da cidade, o Carnaval, era que as mulheres, em especial “os brotos em profusão”, “as mancebas”, “as bem lançadas”, “as notadas e anotadas” eram “para encher os olhos” de quem participasse dos festejos. As mulheres eram vistas sob o olhar masculino do desejo, da sexualidade e da objetificação, conforme o cronista descreve neste breve apontamento da coluna social do jornal A Razão de 1966: “período momesco para este ano, segundo indica será algo *para encher os olhos* (o grifo é nossos) e o *society* da cidade universitária<sup>7</sup> aguarda com geral expectativa a folia de 66. Bola Branca.” (A Razão, p.3, 20 jan.1966).

Importante ressaltar que esse colunista refere-se às mulheres brancas, pois as mulheres negras não apareciam na coluna social, com raras exceções. Mas, sabe-se por meio dos depoimentos das rainhas do Clube Treze de Maio, que o único período em que aos negros era permitido entrar nos clubes brancos era durante o Carnaval, e as personagens principais, fonte de expectativa e desejo desse olhar masculino, branco, heterossexual eram as mulheres negras, pois somente elas e suas cortes podiam, durante as festas de momo, frequentar e desfilar pelos salões dos clubes brancos. Numa irônica sequência que aponta desigualdades de gênero e raciais, as mais lindas negras, escolhidas criteriosamente pelos homens negros, na sociedade branca passavam a ser objeto hipersexualizado, para o deleite e o “consumo” do homem branco. Nesse momento “se igualavam” às mulheres brancas, destinavam-se a “encher os olhos”.

#### **4. Apresentação e discussão dos dados da entrevista e da pesquisa documental: uma rainha na primeira página do jornal**

A entrevista selecionada por este artigo foi concedida por Alcione Flores do Amaral<sup>8</sup> a Giane Vargas Escobar, em 21 de junho de 2013. Alcione, nascida em junho de 1953, conta que frequentou o Clube Treze de Maio desde os 8 anos e que só parou ao final da década de

---

<sup>7</sup> “Cidade universitária” passa a ser um epíteto de Santa Maria, por conta da fundação, em 1960, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a primeira universidade brasileira instalada numa cidade de interior.

<sup>8</sup> As autoras têm autorização prévia para divulgação dos dados de pesquisa, obtida por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pela entrevistada.

1980. “Então, eu sempre digo assim: além do meu pai, da minha mãe, eu tive na minha formação dois pontos muito interessantes e fortes”: um foi a sua formação escolar no Colégio Santana, desde os 5 anos e meio de idade, que ela ressalta que se deu pela ajuda das irmãs católicas à sua mãe, e o outro refere-se à vida social no Treze.

*[...] E o outro ponto fortíssimo é onde eu frequentava, que era o 13 de Maio. Então, eu estudava no colégio Santana, mas a minha vida social era toda no 13 de Maio. Então, aqui neste 13 de Maio, eu fui Rainha Infantil do Carnaval. Eu fiz a minha Festa de 15 anos. Eu debutei no 13 de Maio. A festa de 25 anos de casados dos meus pais foi no 13 de Maio. O casamento da minha prima, que saiu agora há pouco, foi no 13 de Maio. Então, tudo era aqui. A minha vitória, e de alguns amigos no vestibular da Universidade Federal de Santa Maria, foi festejada neste clube. Então, o clube contribuiu muitíssimo na minha formação.*

Segundo Giacomini (2006, p. 143) a festa, constitui um importante divisor de águas. Momento de sociabilidade por excelência, de encontro do grupo, de fruição dos outros e de si mesmo, que desempenha papel central na vida coletiva e na formação dos indivíduos. Assim, era por meio da festa, da aparência cuidadosa e impecável, com luvas, rendas, cetins, brilhos, pérolas, que as mulheres negras se faziam representar no interior daquele clube negro que permaneceu ao longo de quase um século como um local de sociabilidade. O Treze foi uma referência para a comunidade negra do Sul do país, que nele se via representada, reconhecendo-o como um lugar que agregava famílias, incentivava namoros, noivados, casamentos, além de apoio aos filhos dos associados para que ingressassem na universidade. Isso atesta uma seleção de ordem social no momento em que aquela cultura era efetivamente vivida, pois o Treze era o clube de uma elite negra, seus fundadores tinham certo poder aquisitivo porque faziam parte dos quadros da empresa pública que foi responsável pelo desenvolvimento da cidade, a ferrovia, além de militares e outros servidores públicos que compunham o quadro de associados da Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio de Santa Maria. Tal quadro social, aliás, se diferenciava do que frequentava o outro clube, o União Familiar, localizado na periferia da cidade. Ou seja, ainda que oriundos no passado de negros que vieram para o Brasil como escravos depois de sua captura em África, esses dois grupos de frequentadores de dois clubes sociais negros têm posições diferentes na sociedade santa-mariense: “um conjunto de indivíduos ocupando uma posição social parecida na origem, são separados no curso do tempo por diferenças associadas à evolução do volume e da estrutura do seu capital” (BOURDIEU, 1979, p.124).

Assim, as mulheres do Treze faziam parte de uma “elite negra” santa-mariense. Mas, ser parte disso, segundo Alcione, exigia o cumprimento de normas de comportamento no

interior do clube, o que no nível da cultura vivida daquela sociedade dava conta de valores, condutas e privilégios diferentes entre homens e mulheres.

*Eu estava inserida nesse período. Pra mim, todas as coisas eram normais. Eu não lembro assim, de ficar furiosa com o 13 de Maio por causa de algumas normas. Mas nós éramos, os bailes eram com a luz bem clara. Os nossos pais nos acompanhavam nas festas, nos bailes. Já tô falando mais lá na adolescência, né. E havia os diretores de salão. Então, eles verificavam se tu estava tendo um comportamento que eles considerassem impróprio praquela festa. Por exemplo, dançar com rosto colado com um rapaz não podia, era feio. E a gente entrava com os pais, ou com alguém responsável. Ninguém saía daqui pra ir ali fora e voltar. Essas coisas não me atingiram, assim. Eu obedecia, não tinha problema. A minha mãe estava sempre de olho, vendo com quem que eu dançava, como é que eu dançava...*

Assim, esse “feminino desejável” se formava através do processo de socialização dos papéis de gênero, que se dava no âmbito da família primeiramente, mas tinha no clube a ambiência para a cristalização de tradições seletivas que associavam papéis sociais a cada um dos sexos, determinando as diferenças no comportamento de homens e de mulheres (AMÂNCIO, 1994).

Sobre sua história no clube, Alcione conta que em 1961 foi convidada por uma amiga para ir a um baile infantil de pré-Carnaval no Treze, sendo coroada Rainha e estabelecendo assim sua primeira ligação com o clube. Aos 15 anos, realizou seu baile de debutantes no Treze de Maio e, no ano seguinte, em 1969, foi coroada Rainha do Carnaval adulto do Clube. Representou o Clube como Rainha do Carnaval do Treze no concurso de Rainha do Centro de Santa Maria, no qual conquistou o título de Primeira Princesa do Centro, em 1970. Já no concurso de fantasias, logrou o primeiro lugar em originalidade com a fantasia Deusa de Watusi<sup>9</sup> (primeiro lugar em originalidade no concurso de fantasias s da cidade de Santa Maria, em 1970).

Alcione possuía registro fotográfico dos festejos citados em sua entrevista, sendo que este material foi cedido por ela ao acervo do Museu Comunitário Treze de Maio. Ao ser questionada por que resolveu doar as fotos, a resposta veio rapidamente: “Primeiro por que o Treze faz parte da minha vida, sou solteira e não tenho filhos, então essas coisas vão se perder no momento que eu não estiver mais aqui. Toda documentação e as fotos que tenho vou doar para o Museu” Assim, é possível verificar, abaixo: Figura 1: coroação como Rainha do Carnaval Infantil, em 1961; Figura 2: fotografia da festa de comemoração da aprovação dos associados do Clube Treze de Maio no Vestibular da Universidade Federal de Santa Maria,

---

<sup>9</sup> Watusi é o povo que invadiu áreas dos atuais Burundi e Ruanda (África), dominando os hútus ali residentes. Também tem o significado de mulher-bicha poderosa. Dicionário InFormal. Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/watusi/>. Acesso em 10 ago.2015.

em 1972 (Alcione é a primeira moça de vestido estampado); Figura 3: fotografia do casamento da prima festejado no clube; Figura 4: Fantasia Deusa de Watusi.



Figura 1 – Rainha do Carnaval Infantil (Alcione é a quarta menina da esquerda para a direita, a única com calça comprida)

Fonte: Acervo Fotográfico Museu Treze de Maio



Figuras 2 e 3– Fotografias da comemoração do vestibular (esquerda) e do casamento da prima no Treze (direita)

Fonte: Acervo Fotográfico Museu Treze de Maio



Figura 4: Fantasia Deusa de Watusi  
Fonte: Acervo Fotográfico Museu Treze de Maio

Já no acervo do jornal *A Razão*, colhemos as imagens representadas pela Figura 5 e pela Figura 6. A Figura 5 documenta a visita de Alcione à redação do jornal *A Razão*, em 6 de fevereiro de 1970. O jornal não divulgou o concurso interno do Clube Treze de Maio, quando Alcione foi eleita Rainha do Carnaval do clube, noticiou apenas o evento maior que era o Carnaval da cidade e ida das concorrentes até o jornal para divulgar os seus clubes e os presidentes, as suas rainhas. Numa tradição seletiva linguística, que supõe ofensiva a qualificação “negra”, a coluna social do jornal descreve eufemisticamente: “uma linda *morena* que se apresenta como candidata ao título” (grifo nosso). Trata-se de uma tradição seletiva em que “o valor da branquitude se impõe em discursos que aparentemente não falam de identidades raciais ou valorizam identidade negras” (SOVIK, 2009, p. 40). A autora explica que esses sinais aparecem em discursos banais, do senso comum, que reafirmam o privilégio branco, falando de forma afetiva algo que demarca a desigualdade.

Na Figura 6, na primeira fotografia à esquerda, Alcione é a terceira moça. Ela foi Rainha do Carnaval do Clube Treze de Maio e 1ª Princesa do Carnaval de Santa Maria em 1970, com 16 anos. Ao centro, a Rainha do Carnaval de Santa Maria naquele ano, uma moça branca e loura, o que atesta que no nível da cultura registrada o valor da branquitude vivido naquele momento na sociedade santa-mariense. Para Sovik (2009) o que está naturalizado por

uma inércia secular é a supervalorização do branco, o que é um fenômeno mundial, com particular vigência em lugares que foram colonizados por europeus que implantaram a escravidão. Neste caso, a sociedade brasileira é campo fértil para a valoração da branquitude, a perpetuação do racismo e um imaginário que constitui hierarquias raciais.



Figura 5 – Alcione visita A Razão.  
Fonte: Arquivo jornal A Razão/Coluna Social de 06.02.1970.



Figura 6 – Capa do jornal A Razão: “Soberanas do Carnaval”  
Fonte: Arquivo jornal A Razão, 12.02.1970.

Sinalizando a importância do Carnaval como festa nacional, uma das tradições seletivas que se pode elencar na cobertura de A Razão aos festejos de 1970 acontece no

próprio momento em que define a noticiabilidade do acontecimento, pois a coluna social se desloca para a primeira página do jornal. Ali, enquanto o texto aponta que a rainha eleita é “graciosa e meiga”, a manchete indica outra tradição seletiva daquela cultura, quando informa na que Aloida Janner foi a Rainha do Carnaval de 1970, representando o Centro da cidade, enquanto a senhorita Norma Santana foi a Rainha dos bairros. Alcione foi a 1ª Princesa do Carnaval de Santa Maria, pelo Centro, já que naquela época havia a segregação também entre os “clubes do centro” e os clubes dos bairros (certamente os mais simples e mais pobres). O Treze figurava entre os “Clubes do Centro”, então o clube negro tinha certa posição privilegiada neste sentido, embora esse fosse um poder limitado e com fronteiras. Como se o recado do júri, formado por agora por homens brancos (um vereador, um capitão e o Secretário Municipal de Administração), fosse este: “Vocês até podem estar no Centro, mas será mantida a tradição de que a rainha sempre será a moça branca!”

Para Gonzalez (1998, p. 39), o Carnaval brasileiro possui, na sua especificidade, o “aspecto de subversão, de ultrapassagem de limites permitidos pelo discurso dominante, pela ordem da consciência”. Essa subversão, no Carnaval carioca, que é examinado pela autora, traz “a exaltação mítica da mulata nesse entre parênteses que é o carnaval”.

[...] E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito [da democracia racial] é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la (GONZALEZ, 1998, p. 228).

Em Santa Maria, contudo, o processo seletivo fundado nos aspectos residuais de uma sociedade segregacionista aponta para a mulher negra não o posto de Rainha do Carnaval, que ela só pode conquistar entre os seus, mas um principado. Por outro lado, Aloida, Norma e Alcione, antes ainda das representações que apontam para tradições seletivas que marcam quem é do Centro, quem vem dos bairros, quem é branca e quem é negra, compartilham uma identidade que vem de um processo de mitificação apontado por Simone de Beauvoir:

A mulher é a Bela Adormecida no bosque, Cinderela, Branca de Neve, a que recebe e suporta. Nas canções, nos contos, vê-se o jovem partir aventurosamente em busca da mulher; ele mata dragões, luta contra gigantes; ela acha-se encerrada em uma torre, um palácio, um jardim, uma caverna, acorrentada a um rochedo, cativa, adormecida: ela espera. Um dia meu príncipe virá... *Some day he'll come along, the man I love...* Os refrãos populares inflam-lhe sonhos de paciência e esperança. A suprema necessidade para a mulher é seduzir um coração masculino; mesmo

intrépidas, aventureosas, é a recompensa a que todas as heroínas aspiram; e o mais das vezes não lhes é pedida outra virtude senão a beleza. Compreende-se que a preocupação da aparência física possa tornar-se para a menina uma verdadeira obsessão; princesas ou pastoras, é preciso sempre ser bonita para conquistar o amor e a felicidade [...] (BEAUVOIR, 1967, p. 33).

No Clube Treze de Maio, a tradição seletiva dos associados levava a construções identitárias “marcadas pela diferença”, pois não era “qualquer negro” que podia frequentar o clube, assim como não era permitido o ingresso de brancos em seu espaço. Segundo Woodward (2000), a identidade é relacional e marcada por meio de símbolos. Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa. Assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social.

Em relação às mulheres negras, a tradição seletiva se forma no plano da moral, pois não era “qualquer mulher negra” que poderia frequentar o Clube Treze de Maio. Além das relações de poder legitimadas pelo crivo do homem negro, isto é, os dirigentes (sempre homens) que definiam quem podia ou não permanecer dentro do clube, elas precisavam também passar pelo “olhar” das mulheres bem casadas ou moças “que não se perderam” para poder ali frequentar. Ou seja, o clube não admitia em seus quadros mulheres separadas, viúvas, mães solteiras ou aquelas viviam junto aos seus companheiros, fora do casamento.

*[...] Agora, mães solteiras, mulheres separadas. É uma coisa da época, não é uma coisa do Treze de Maio. É uma coisa da sociedade em geral. O mesmo acontecia no Caixeral, no Comercial. Eu tenho hoje uma certa culpa com relação a algumas amigas minhas, que tiveram filhos naquela época, fora do casamento, e que a minha família dizia: olha, a partir de agora, eu acho bom que tu não ande com a fulana. Eu acho isso horrível hoje, mas fazia parte, né? Tu não escolhe a data que tu vive. Entende? Eu vivi aquela época. E naquela época não podia. Hoje, eu tenho tipo uma dívida com essas amigas, que tiveram essa, não sei, infelicidade, não sei o que é. E essas coisas, diziam assim: “a moça se perdeu”. Entende? Quando ela tinha relacionamento sexual, antes do casamento. Mas, ao mesmo tempo em que eu me sinto desconfortável com isso, eu entendo que era a época.*

Na fala da entrevistada, é possível reconhecer mais uma tradição seletiva, pois ela atribui ao Zeitgeist a discriminação às mulheres cujo comportamento não se alinhasse a regras e padrões que atestam profundas desigualdades de gênero perpetradas tanto no clube social negro quanto na sociedade branca. Ela apela à índole do tempo para explicar desigualdades que vinham sendo combatidas, especialmente a partir do final dos anos 1960, por movimentos que reivindicavam os direitos civis das mulheres e dos negros. Ainda que tais movimentos de reivindicações cidadãs tenham tido maior visibilidade nos Estados Unidos, visando a abolir a discriminação e a segregação racial e reconhecer igualdade de gênero naquele país, são inegáveis as repercussões que tiveram no mundo inteiro, inclusive no Brasil, onde um

movimento feminista contava, por exemplo, com expoentes na mídia como Heloneida Studart (Revista Manchete) e Carmen da Silva (Revista Cláudia).

As rainhas e princesas do Treze foram detentoras de notoriedade, distinção e intensa visibilidade no interior daquele reduto de sociabilidade negra, entre seus pares. Entretanto, ainda que o Clube promovesse inúmeras atividades importantes para a comunidade negra, empoderando seus agentes e visibilizando as mulheres negras no interior daquela agremiação, este fato não ganhou notoriedade na imprensa santa-mariense, que tinha como principal veículo para as notícias dos naquele período a coluna social do jornal A Razão e como padrão dominante de representação na sociedade, a valorização da branquitude. E este valor não é equivalente ideológico ou contrapartida da negritude, para Sovik “o valor da branquitude se realiza na desvalorização do ser negro e ela continua sendo uma medida silenciosa dos quase brancos, como dos negros” (SOVIK, 2009, p. 55).

Por outro lado, na mídia santa-mariense as mulheres negras do Clube Treze de Maio não eram habitualmente reconhecidas como detentoras de beleza (Alcione foi a única Princesa do Carnaval da cidade oriunda do clube social negro) e a coluna social do jornal A Razão minimizou a beleza daquelas mulheres negras, invisibilizando-as pelo não dito, mas por aquilo que silenciava, ou pelo que “mostrava”, entretanto com lugares definidos e com hora marcada para terminar.

## 5. Conclusão

Nesta breve análise foi possível apontar vários níveis de seleção que formam, afinal, uma tradição em relação às mulheres negras. Na cultura vivida dos anos 1970, uma seleção de cunho social já se dava através de quem podia se associar ao Clube Treze de Maio, pois se tratava de uma “elite negra” que excluía os negros da periferia. Apontamos, ainda, uma seleção de um “feminino desejável”, que operava de acordo com padrões morais que segregavam as “mulheres perdidas”. No certame de beleza, promovido com o apoio de autoridades municipais, uma tradição seletiva indicava as diferenças entre moças do Centro da cidade e dos bairros e entre moças brancas e negras (cada qual em clube próprio) e a mística da “rainha”, da “princesa” selecionava ainda outra tradição: a do valor da branquitude mesmo num momento em que se “incluía” a mulher negra (desde que não fosse como a protagonista da festa, a “rainha”).

Na cultura documentada, assinalamos a seleção nos próprios critérios de noticiabilidade do Carnaval, que cegou a levar a coluna social para a primeira página do jornal A Razão. Também salientamos a tradição seletiva linguística já na manchete, que

repetia a divisão de classe do certame (Aloída do Centro, Norma dos bairros) e no texto, que reiterava as qualidades femininas desejáveis (“graciosa e meiga”).

Dessa forma, em camadas de seleções se formaram tradições de desigualdade de gênero e segregação racial e de classe.

## 6. REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Lígia. As assimetrias nas representações do gênero. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 34, p. 9-22, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007 [1979].

CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. Colunismo Social. Gente boa e gente fina. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 26 ago.2003. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/fd260820031.htm>>. Acesso em 6 ago. 2015.

COIRO-MORAES, Ana Luiza. A análise cultural. **Anais do XXIV Encontro Nacional da Compós**. Disponível em [http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-4df33669-bb03-4c83-92ab-62fbe023bb30\\_2825.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-4df33669-bb03-4c83-92ab-62fbe023bb30_2825.pdf). Acesso em 10 ago.2015.

\_\_\_\_\_. Epistemologia dos estudos culturais: Da dialética ao materialismo cultural. **Anais do XX Encontro Nacional da Compós**, Porto Alegre: 2011. Disponível em <http://www.compos.org.br/biblioteca.php>. Acesso em 28 jul.2015.

COIRO-MORAES, Ana Luiza e FERREIRA, Jucineide T. da Silva. Visibilidade negra na coluna social do jornal Apalavra: estruturas de sentimento dominantes, residuais e emergentes. **Revista EPTIC**, Universidade Federal de Sergipe, v. 15, n. 3 (2013). Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/1359>. Acesso em 27 jul.2015.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube**. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed.São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod\\_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf) . Acesso em 12 jul.2015.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Atlas 2003.

WILLIAMS, Raymond. **La Larga revolución**. Tradução de Horacio Pons (Cultura y Sociedad). 1ª Ed. – Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomás Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.